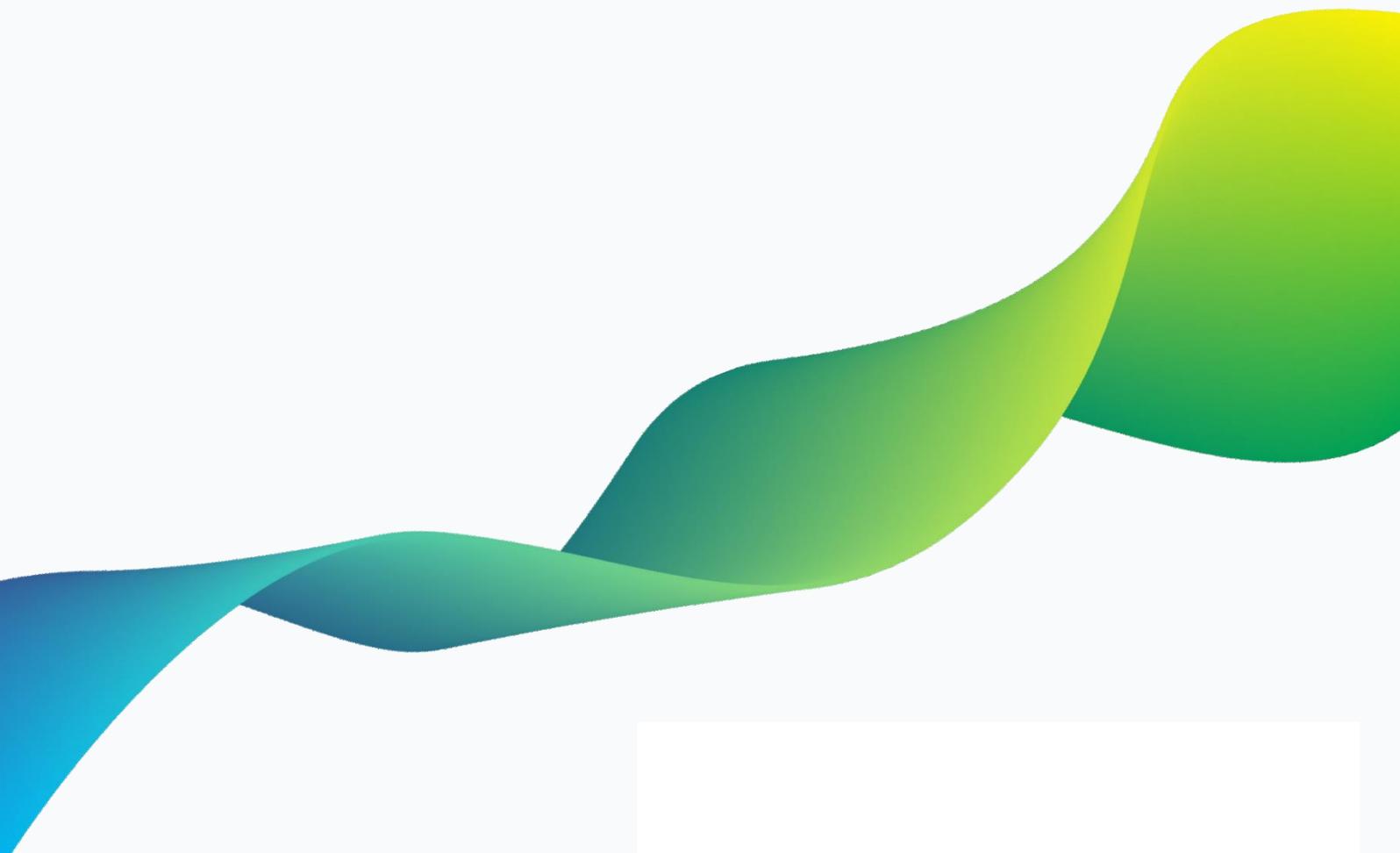




**RELATÓRIO DA REUNIÃO BILATERAL COM O GOVERNO FEDERAL
SOBRE SAÚDE – ELABORAÇÃO DO NOVO PLANO NACIONAL DE
RECURSOS HÍDRICOS 2021-2040.**

Brasília, 15 de outubro de 2020.



1. Objetivo:

Identificar as principais interfaces e demandas da Política e planos do setor saúde em relação à Política Nacional de Recursos Hídricos e propor uma agenda de cooperação para a construção do PNRH 2022-2040.

2. Contextualização dos objetivos e esclarecimentos sobre a dinâmica da reunião. DRHB/SNSH/MDR:

Houve a apresentação sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos (Adriana Lustosa) e da Agência Nacional de Águas.

Em seguida houve as apresentações da Agência de Vigilância em Saúde - ANVISA, da Secretaria de Especial de Saúde Indígena - SESAI e da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

Foram feitas as apresentações com o intuito de responder as seguintes perguntas: i) Qual a interface ou demanda da Política e Planejamento de Promoção da Saúde em Relação à Política Nacional de Recursos Hídricos e seus instrumentos?, e ii) Como é possível construir uma agenda de colaboração para a superação de lacunas de informação e de normativos legais, o atendimento de demandas e o aprimoramento e potencialização de ações?

As respostas as questões acima foram abordadas nas apresentações, perguntas e considerações finais.

3. Apresentação Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos - SPR/ANA – Sérgio Ayrimoraes.

As Interfaces apresentadas foram as seguintes:

- Medida da População que utiliza serviços de água potável de forma segura no Brasil, que demonstra a visão do setor de saúde quanto a essa disponibilidade, como intermitência, armazenamento de água, qualidade da água e hábitos de higiene da população. Dados do Siságua e Vigiágua.
- Relação entre o ODS 6.2, 6.3.1 e dados do esgotamento sanitário (coleta de esgoto, instalações adequadas e local de higiene das mãos). Utilização de soluções individuais em populações difusas.
- Dados de quantidade e qualidade da água em áreas urbanas (corpos hídricos de pior qualidade). Em questão de abastecimento, a qualidade de água e seu monitoramento nos mananciais utilizados para o abastecimento. Buscar articular entre os diversos setores: saúde, ambiental e água. Verificar, quando a situação é emergencial e só há um manancial de abastecimento, uma melhor especificação técnica para atender a população.
- Monitoramento auxiliar dos esgotos em relação à pandemia de coronavírus.
- Sistemática de cruzamento de dados de recursos hídricos e saúde. Por exemplo, dengue e cheias. Podem ser utilizadas outras doenças de veiculação hídrica e outros dados hídricos.

- Mais informações hídricas podem ser encontradas no Atlas Água e Atlas Esgoto. Por exemplo, municípios que seriam mais vulneráveis à questão de saúde por possuir menor atendimento em saneamento.
- O reuso deve ser uma oportunidade e parte estratégica do caminho da universalização do saneamento e aproveitar as tecnologias recentes. É necessário a atualização normativa para sua implementação.

4. Apresentação da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde- Sra. Adriana Cabral.

As Interfaces apresentadas foram as seguintes:

- Propor ações eficientes para a proteção de nascentes e mananciais de abastecimento público, como medida necessária para preservação da quantidade e qualidade da água, visando a promoção da saúde e redução das doenças e agravos.
- Ampliação da cobertura de tratamento de esgotos como uma das principais medidas de proteção dos mananciais.
- Avaliar a possibilidade de propor a realização de monitoramento da qualidade da água dos mananciais pelos responsáveis pelas atividades potencialmente poluidoras, com base nos produtos químicos utilizados, especialmente aqueles responsáveis por atividades agrícolas e industriais.
- Incentivar a divulgação das informações sobre os produtos químicos utilizados nas principais culturas, sazonalidades das culturas e áreas plantadas, como forma de tornar o monitoramento da qualidade da água mais eficiente.
- Fomento e apoio aos estudos e pesquisas na elaboração de critérios para reuso de água para fins não potáveis e agrícola, como forma de incentivar que os mananciais mais preservados sejam priorizados para o abastecimento público.
- Reforço nas ações para redução de consumo e desperdício.
- Fortalecer a articulação entre MS, MDR e ANA para maior utilização e divulgação dos bancos de dados do Sisagua/MS, PNQA/ANA e SINISA/MDR em relação aos dados de água bruta e água tratada.

5. Apresentação da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Sra. Jamyle.

O Plano de Segurança da Água é um instrumento que pode ser trabalhado em conjunto, mesmo com a dificuldade e compartimentalização das atribuições dos setores e que atingirá as necessidades em saúde e o atingimento das metas da agenda 20 – 30.

Outra lacuna que pode ser uma pauta de convergência são as águas recreacionais em questão de monitoramento e atuação no caso de contaminação. Está baseada na Res. Conama 274.

Vislumbrou a possibilidade de Resoluções conjuntas entre os setores de saúde, meio ambiente e recursos hídricos desde a emissão de outorga.



6. Apresentação da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, Sra. Carolina.

Demostrou que existe uma lacuna de 36% no abastecimento de água nas mais de 5.000 aldeias indígenas no Brasil. Apresentou uma tabela de obras de saneamento contendo 1.659 obras a fazer até 2023. Informou que apenas 27% possui alguma estrutura de tratamento de água. O monitoramento e a capacidade de gestão do sistema é um desafio.

Comentou sobre a importância da portaria do MS sobre potabilidade da água e que as comunidades indígenas são tratadas como comunidades rurais, mas possuem características próprias e diferenciadas a elas.

7. Considerações finais

Os apresentadores se disponibilizaram e consideraram importante novas reuniões sobre o assunto envolvendo as áreas de saúde e recursos hídricos.

8. Conclusão

Foram alcançados os objetivos de encontrar pontos focais para a discussão PNRH e saúde e o início do surgimento das interfaces entre os setores de saúde e recursos hídricos.

